

OS MULTIMILIONÁRIOS NÃO PAGAM IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E ESTÁ NA HORA DE ACABAR COM ISSO

É tempo de concretizar a implementação do imposto sobre o rendimento, um enorme progresso democrático do início do século XX, e de incluir os multimilionários que, para todos os efeitos, nunca foram sujeitos a ele. Há que concluir esta revolução para aplicar os nossos princípios fundamentais de igualdade fiscal, inscritos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

GABRIEL ZUCMAN



PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA

Portugal precisa de ter um imposto mínimo sobre os super-ricos. Trata-se, antes de mais, de uma questão de justiça. Porque é que os multimilionários hão de poder não pagar nada? Os impostos que eles não pagam têm outros de pagar, diretamente ou indiretamente por via de uma redução dos gastos públicos com educação, saúde e infraestruturas.

Esta é, sobretudo, uma questão democrática. Enquanto não for exigido aos super-ricos que contribuam com um montante mínimo de impostos anuais, a sua riqueza continuará a crescer mais rapidamente do que a de todos nós — e o mesmo acontecerá ao seu poder, incluindo o poder de influenciar os mercados, a ideologia dominante e as políticas públicas.

Todos os estudos recentes — sejam sobre Itália, França, Brasil, Suécia, Noruega, Países Baixos ou Estados Unidos — revelam o mesmo padrão: os super-ricos esquivam-se a pagar o imposto sobre o rendimento, presumível pilar fundamental da progressividade fiscal.

Em 2021, a plataforma ProPublica revelou que alguns multimilionários norte-americanos, como Elon Musk ou Jeff Bezos, pagaram, em certos anos, pouquíssimo imposto sobre o rendimento. Num ano, Bezos declarou um rendimento tão baixo, que pediu — e recebeu — abono de família. O que o esforço internacional de investigação descrito neste livro mostrou, desde então, é que esses indivíduos não são casos isolados, mas antes exemplos de um fenómeno mais amplo e mundial.

Ainda não há um estudo sobre Portugal que siga a metodologia adotada noutros países: um estudo que relacione as empresas com os seus proprietários, a fim de calcular o montante total de impostos pagos, direta e indiretamente, pelos indivíduos

mais ricos do país, assim como o seu rendimento efetivo, inclusive o que é retido nas empresas. Seja como for, tudo leva a crer que a conclusão a que se chegou noutros países europeus também se aplique a Portugal.

Os estudos revelam todos o mesmo padrão: os super-ricos conseguem facilmente evitar o pagamento de impostos sobre os dividendos — sua principal fonte de rendimento — recorrendo a *holdings*, que protegem os seus rendimentos do IRS. E esta evasão fiscal não é compensada por um maior pagamento de IRC. Na União Europeia, a diretiva relativa às sociedades-mães e sociedades afiliadas torna os dividendos recebidos pelas *holdings* essencialmente isentos de impostos. Isto é verdade em França e nos Países Baixos, como é em Portugal.

A solução que proponho — sujeitar os super-ricos a um imposto mínimo igual a 2% da sua riqueza — é a maneira mais eficiente de corrigir esta anomalia, porque visa todas as formas de evasão

fiscal, envolvam elas *holdings*, *trusts* ou outra técnica de engenharia fiscal.

A objeção mais frequente a esta proposta é que os super-ricos são, na maioria dos casos, proprietários de empresas. Pedir-lhes que pagassem mais impostos afetaria os seus negócios, o que, à luz deste argumento, seria prejudicial para a economia.

É uma perspetiva equivocada. É certo que a maioria da riqueza dos super-ricos assume a forma de ações em empresas. Conforme se sobe na escala da riqueza, a fração da riqueza patrimonial na riqueza total aumenta, chegando a praticamente 100% nos multimilionários. As ações — ou seja, a detenção de empresas — são o verdadeiro poder económico e social nas nossas economias capitalistas.

Mas tributar a riqueza patrimonial não tem nada de especial e tão-pouco é mais prejudicial do que tributar património imobiliário ou depósitos bancários. Não é equivalente a tributar os ativos das empresas. Se não tiver nenhum acionista cuja riqueza líquida exceda 100 milhões de euros, a empresa não será

afetada pelo imposto que proponho. Se tiver um ou vários proprietários cuja riqueza exceda 100 milhões de euros, esses proprietários serão obrigados a pagar (eles individualmente, não a empresa).

Mesmo assim, a empresa não seria afetada. Na maioria das situações, esses proprietários poderiam pagar o imposto com o rendimento que ganham. A taxa média de retorno sobre o património para pessoas com mais de 100 milhões de euros é de cerca de 6%, mais do que suficiente para pagar 2% de imposto. Quando os super-ricos fingem que não têm liquidez, é porque organizam a sua própria iliquidez, precisamente para evitar o imposto sobre o rendimento.

E, se realmente não têm liquidez, podem vender ações: não há nada de problemático nisso. O que torna uma empresa eficiente não é quem a possui. É a colaboração de milhares de funcionários; é o saber-fazer, a experiência e as competências da sua força de trabalho; a qualidade de quem a gere; as infraestruturas públicas de que beneficia, etc. Nada

disso depende de uma família específica deter uma percentagem das ações. Os administradores da empresa não têm de ser os proprietários da empresa e, na verdade, muitas vezes não são.

Entre as empresas mais prósperas do mundo, há uma grande variedade de estruturas acionistas, de um grande fundador com participação de controlo a muitos proprietários diversos, cada qual com pequenas participações — sem que haja correlação com o desempenho da empresa.

Vejamos um exemplo: Sam Altman, fundador da OpenAI, não possui ações da empresa, que é propriedade de funcionários atuais e antigos, da Microsoft e de outros investidores variados. Está visto que isso não impediu Altman de inovar.

Na década de 1930, Franklin Delano Roosevelt criticou os «monárquicos económicos», que acreditavam que só um punhado de indivíduos — fossem fundadores de empresas ou seus herdeiros — tinham direito a possuir capital; que acreditavam que qualquer mudança na propriedade das ações seria

prejudicial ao resto da sociedade. Esses monárquicos económicos continuam vivos e de boa saúde, nos Estados Unidos e no resto do mundo. A sua visão, porém, está hoje ainda mais desatualizada do que há um século. Assim como abandonámos a monarquia na esfera política, é hora de abandonar a monarquia na esfera económica.

Não há nenhum obstáculo técnico que nos impeça de tributar os super-ricos: é uma questão de vontade política. Naturalmente, os contribuintes envolvidos têm interesse no *statu quo*. Pelo menos em França, não se têm coibido de usar o seu poder para proteger os seus interesses. É fácil sentirmo-nos esmagados pelo poder das forças oligárquicas e duvidar da viabilidade de qualquer mudança num futuro próximo. Mas, se há uma lição a retirar da História, é que o poder das ideias e das forças democráticas não deve ser subestimado. Mais dia menos dia, e talvez mais cedo do que pensamos, a democracia chegará aos multimilionários.

OS MULTIMILIONÁRIOS
NÃO PAGAM IMPOSTO
SOBRE O RENDIMENTO
E ESTÁ NA HORA
DE ACABAR COM ISSO

Durante quinze anos, cartografei as grandes fortunas mundiais, examinando as técnicas que utilizam para contornar impostos em paraísos fiscais, do Luxemburgo às Ilhas Virgens Britânicas.

Aos 21 anos, esquadrinhei os arquivos de bancos suíços, mergulhei nas balanças de pagamentos de países, com um objetivo: quantificar o montante dos ativos dissimulados nos centros financeiros *offshore* e compreender melhor essa grande evasão fiscal, há muito abstrata, mas que acabaria por chegar às parangonas dos jornais com os Panama Papers, em meados da década de 2010.

A seguir, virei-me para as multinacionais. Fascinou-me a sua contabilidade complexa: as

técnicas através das quais lucros obtidos em França ou na Alemanha acabam na Irlanda ou nas Bermudas, tudo para fugir aos impostos.

Essa evasão fiscal internacional desempenhou um papel considerável no aumento das desigualdades, no crescimento das dívidas públicas e, sobretudo, no triunfo de uma sensação de impotência, terreno fértil para o florescimento dos movimentos reacionários contemporâneos.

E, porém, não é na Suíça, nem nas Ilhas Caimão, nem na Irlanda que se passa o essencial. Não é em esquemas obscuros ou em terras exóticas que se desvanecem os nossos princípios básicos de justiça. É aqui, debaixo dos nossos narizes, numa evasão muitíssimo simples, amiúde legal, mas com efeitos assombrosos: os super-ricos não pagam, ou praticamente não pagam, imposto sobre o rendimento.

Eis os factos: se todos os multimilionários de França se mudassem amanhã para as Ilhas Caimão, a perda de receitas fiscais para o erário público

francês seria mínima, na ordem de 0,03%. A razão principal é esta: eles já recebem quase todos os seus rendimentos através de *holdings*, na sua maioria sediadas em França, que servem de escudo fiscal, ou seja, os rendimentos acumulados lá não são tributados. No entanto, são rendimentos bem reais e, de forma alguma, «retidos»: podem ser usados para reinvestir, comprar jornais ou imóveis, fazer filantropia, em suma, tudo o que se queira fazer com esse nível de fortuna.

É tempo de concluir a implementação do imposto sobre o rendimento, um enorme progresso democrático do início do século xx, e de incluir os multimilionários que, para todos os efeitos, nunca foram sujeitos a ele. Há que concluir esta revolução para aplicar os nossos princípios fundamentais de igualdade fiscal, inscritos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. É esse o sentido do imposto mínimo sobre os super-ricos que defendo. É uma luta que, embora difícil, vale a pena travar.

Levei anos para compreender tudo isto, mas passo à explicação, com o máximo rigor e a máxima clareza.

DISSIPAR A OPACIDADE: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO INTERNACIONAL

De certa forma, não surpreende que as parcas contribuições dos multimilionários para o erário público tenham demorado a vir à luz do dia. De facto, os nossos organismos estatísticos não dizem nada sobre as grandes fortunas. São revistas como a *Challenges*, em França, ou a *Forbes*, nos Estados Unidos, que preenchem essa lacuna. Recolhendo informações do domínio público — contas de empresas depositadas nos registos comerciais ou declarações feitas às autoridades dos mercados financeiros —, essas publicações fazem o possível por calcular o património dos multimilionários. Mas essas tentativas pouco nos dizem sobre os impostos que eles evitam, sobre os quais nada transparece na esfera pública.

Só na viragem da década de 2020 é que a opacidade começou a desaparecer, graças a uma

investigação acadêmica coletiva. Num estudo publicado em 2019 com Emmanuel Saez, propusemos uma primeira estimativa das taxas de tributação efetivas dos multimilionários norte-americanos.¹ A nossa abordagem carecia de precisão, em virtude da natureza fragmentária dos dados disponíveis na altura, mesmo que os nossos resultados tenham sido posteriormente confirmados.² Ainda assim, essa primeira tentativa encorajou outros investigadores: em França, no Brasil, nos países escandinavos, nos Países Baixos, em Itália.³ E, em todos os casos, graças a uma evolução determinante: a possibilidade de aceder aos dados das administrações fiscais, o santo graal que permite calcular o rendimento real dos multimilionários e as suas contribuições reais para as finanças públicas, ao ligar as grandes fortunas às empresas que elas detêm e nas quais os seus impostos se evaporam.

Somos todos anões aos ombros de gigantes. Este esforço coletivo de investigação, na verdade, dá continuidade a um trabalho iniciado há quase

um século por dois economistas. Foram esses dois investigadores, Gerhard Colm e Helen Tarasov, que tentaram responder, na década de 1940, nos Estados Unidos, a uma pergunta aparentemente simples: Quantos impostos pagam os diferentes grupos sociais?⁴ A questão constitui, sem dúvida, uma das informações mais fundamentais do debate público nas democracias contemporâneas, em que o Estado arrecada entre 30% e 50% do rendimento nacional em impostos e contribuições sociais. Foram Colm e Tarasov — e, na sua esteira, dezenas de outros economistas — que desenvolveram o aparato conceptual e as técnicas estatísticas que permitem responder à questão de forma coerente.

Até ao início da década de 2020, era impossível incluir os multimilionários na análise. Agora que esse problema foi resolvido, podemos traçar um quadro geral da fiscalidade. A imagem que fica é sensivelmente igual na maioria dos países ricos, com algumas variações a que voltaremos adiante; para começar, examinemos o caso de França.

Um livro corajoso sobre o movimento internacional para taxar os super-ricos que está a agitar o capitalismo, por um dos economistas mais influentes do momento.

É uma realidade particularmente chocante, em França, Portugal e no resto do mundo: os multimilionários pagam poucos, ou mesmo nenhuns, impostos sobre o rendimento. Cerca de 50% dos ganhos do cidadão comum são destinados ao pagamento de impostos, no entanto, o mesmo não acontece com os super-ricos. Isto constitui uma grave violação do princípio da igualdade consagrado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Chegou a hora de acabar com essa anomalia.

Neste livro revolucionário, Gabriel Zucman, economista francês, propõe a criação do imposto mínimo de 2% aplicado a quem aufer rendimentos estratosféricos, de maneira a pôr fim a uma gritante discrepância fiscal entre cidadãos. É urgente taxar os multimilionários. Agora é o momento.

**Com um prefácio do autor
para a edição portuguesa**



Penguin
Random House
Grupo Editorial

penguinlivros.pt

  penguinlivros

ISBN: 978-989-589-892-3



9 789895 898923